



**TRAVESTIS E LÓGICA GENITALISTA: DA NEGAÇÃO À MARGINALIZAÇÃO DE UM
GÊNERO FEMININO**

VIRGÍNIA SEVERO CORDEIRO

Caxias do Sul, 2021

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
CURSO DE PSICOLOGIA

**TRAVESTIS E LÓGICA GENITALISTA: DA NEGAÇÃO À MARGINALIZAÇÃO DE UM
GÊNERO FEMININO**

Trabalho apresentado como requisito parcial para
Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia,
sob orientação da Prof^a. Dr^a. Tânia Maria Cemin
Wagner.

VIRGÍNIA SEVERO CORDEIRO

Caxias do Sul, 2021.

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO	8
OBJETIVOS	13
Objetivo Geral	13
Objetivos Específicos	13
REVISÃO DE LITERATURA	14
Gênero: uma análise histórica	14
A transgeneridade e travestilidade	16
Breve construção histórica da lógica genitalista sobre os corpos trans	19
“Saúde”: a manutenção patologizante dos corpos trans e travestis	21
MÉTODO	23
Delineamento	23
Fontes	23
Instrumentos	24
Procedimentos	24
Referencial de análise	25
RESULTADOS	26
DISCUSSÃO	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Artigos para análise	24
Tabela 2. Categorias de análise e os respectivos recortes	24

DEDICATÓRIA

Primeiramente, a mim mesma que consegui atravessar esse momento conturbado e delicado de fechamento, buscando respeitar as minhas limitações e potencialidades.

Agradeço a minha esposa Graziela Picoli, com quem compartilho a vida há 7 anos e que me auxiliou com minhas angústias neste ano tão difícil para todas(os) nós.

E, por fim, ao grupo de whatsapp “As Winx de TCC” que serviu como grupo terapêutico e de trocas de experiências acadêmicas ao longo da construção dos nossos trabalhos de conclusão de curso e que conta com a participação da Fernanda, Kaianara, Neila e eu.

*Há mais coisas entre um pênis e uma vagina,
entre o masculino e o feminino
entre o homem e a mulher, do que supõe a nossa vã filosofia.*

Atena Beauvoir

Às vezes o medo não é nem de morrer, mas morrer sozinha, sem ter sido amada.

Fe Felicious

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre as construções sociais acerca das identidades de gênero à luz da psicologia social, de modo que está intitulado de “Travestis e lógica genitalista: da negação à marginalização de um gênero feminino”. Possui como objetivo geral identificar as possíveis implicações da lógica genitalista na identidade de gênero de mulheres trans e travestis. Para tanto, a revisão de literatura é composta por quatro seções: “gênero: uma análise histórica” que conceitua gênero como uma construção histórica; “a transgêneridade e travestilidade” que aborda os dois conceitos diferenciando-os; “breve construção histórica da lógica genitalista sobre os corpos trans” que disserta acerca das construções sociais sobre os corpos dissidentes; “Saúde: a manutenção patologizante dos corpos trans e travestis” que refere-se a entrada dessa população nas políticas de saúde públicas bem como o processo de ambivalência saúde-doença. O delineamento utilizado é de cunho qualitativo, do tipo descritivo e exploratório, com análise de conteúdo de Laville e Dionne. Obteve-se como resultado três categorias de análise, sendo elas “manutenção patologizante dos corpos trans” (categoria a), “necropolítica trans” (categoria b) e a “marginalização cotidiana” (categoria c), as quais englobam 18 recortes de trechos dos artigos apresentados na tabela um, em fontes. Percebe-se que foi possível identificar algumas possíveis implicações da lógica genitalista na construção da identidade de gênero da população trans e travestis. Em síntese, parece que as construções sociais sobre o que se entende de corpo, servem de pano de fundo para a lógica genitalista, que pode reduzir a experiência subjetiva de cada sujeito, uma vez que a complexidade da existência humana ultrapassa categorizações fixas e imutáveis. As tentativas de enquadrar corpos dentro e fora da normalidade, acaba por custar a vida de travestis e pessoas trans em decorrência do preconceito, que é, inclusive, assegurado pelo DSM-5 como um processo social excludente que se retroalimenta: dita-se o normal até que as dissidências sintam-se desalojadas a ponto de rejeitar-se a si mesmas. Pronto, tem-se o diagnóstico de inadequação. Desse modo, faz-se importante que as ciências psis problematizem as contribuições estrangeiras acerca da saúde da população brasileira de forma contextual, inclusive dentro da academia, para que não se perpetue o reducionismo dos corpos pela busca da universalização. Por fim, entendendo gênero como uma construção social historicamente incentivada, percebeu-se que a comunhão do gênero atrelado ao sexo (genitalia) reduz as perspectivas de fluidez das experiências de gênero.

Palavras-chave: lógica genitalista; identidade de gênero; travestis e mulheres trans

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda as construções sociais acerca das identidades de gêneros. Objetivou-se identificar as possíveis implicações da lógica genitalista na identidade de gênero de mulheres trans e travestis. Para tanto, tomou-se como base os estudos de gênero, aqueles os quais entendem gênero como uma categoria de análise histórica. Priorizou-se, neste trabalho, os estudos de autoras brasileiras, LGBT's, sobretudo, mulheres trans e travestis.

A escolha da temática pode ser justificada pelas vivências pessoais relacionadas às relações de gênero, que explicam uma série de fenômenos sociais. Para além disso, o conhecimento sobre a temática vem sendo construído teórico-cientificamente na universidade por meio de discussões promovidas na academia, em disciplinas da grade curricular e extensões. No contexto acadêmico, as cadeiras de Psicologia e Psicoterapia Sistêmica e Família e Processos Psicossociais foram as primeiras disciplinas que incluíram as relações de gênero no âmbito das relações de poder. Nelas os gêneros homem cisgênero e mulher cisgênera eram as principais pautas de análises psicológicas, como nas demais disciplinas da academia. No entanto, essas foram duas disciplinas que incluíram pessoas trans e travestis em algumas pautas. Certamente, ainda não é suficiente esse pequeno espaço que foi aberto para a discussão da realidade de pessoas trans e travestis. Desde de então, as temáticas abordadas em sala de aula passaram a ser mais analisadas quanto à inclusão das questões de gênero. A aproximação maior de pessoas trans e travestis, através de redes sociais, em que é possível conhecer suas realidades, possibilita pensar como a psicologia pode atuar neste contexto.

O Laboratório de Prática Psicológica II coloca as acadêmicas e acadêmicos diante das relações de gênero, mais especificamente em situação de violência, apresentando a realidade de mulheres vítimas de violência doméstica. Nesse contexto, fala-se, novamente, em mulheres heterossexuais cisgêneras. Ao estudar sobre essas relações de poder, entende-se a força do masculino sobre figuras femininas. Mulheres trans e travestis são mulheres, são femininas, mas por que elas não estão nas pautas acadêmicas de gênero?

No tocante aos cursos de extensão, dois cursos alimentaram o pensamento crítico trazido sobre gênero. Um deles aconteceu em uma semana acadêmica do curso em que a professora, ao ser convidada para falar sobre a realidade trans e travesti, convocou a Atena de Beauvoir para palestrar. Atena é uma escritora, editora, educadora e foi candidata à vereadora de Porto Alegre nas eleições de 2020. Ela é uma mulher trans e construiu conhecimento, palestrou, mostrou seus livros e, também, contou sobre como é ser uma mulher trans. Ao contrário do evento em que Atena palestrou, a Liga Acadêmica de Estudos de Gênero promoveu palestras que debateram a realidade trans e travesti, mas não trouxeram pessoas trans para compor a mesa de debates. As duas mulheres trans que foram convidadas para o evento, foram convidadas apenas para falarem sobre o seu

sofrimento em ser mulher trans. A redução da mulher - em ambiente acadêmico, inclusive - à “trans” impede que muitas pessoas enxerguem o que está além do gênero. Além de serem mulheres trans, são estudantes, gerentes de loja, casadas e ambas têm a capacidade de estar em um debate acadêmico em que a sua própria realidade esteja em pauta. Mas por que não estavam?

Esse questionamento foi feito pelo segundo palestrante, que é psicólogo, doutorando em Psicologia e pesquisador nas áreas de Psicanálise, Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Teoria Queer: “por que eu, homem cisgênero, fui convidado para falar sobre a realidade trans e travestis? Não existem pessoas trans que produzem esse mesmo conhecimento? Existe sim! Várias pessoas, inclusive. No final, vou disponibilizar pra vocês mais de 100 artigos científicos e livros que foram feitos por pessoas trans em linguagem acadêmica, inclusive. Se essas pessoas existem, por que elas não estão aqui? Por que eu estou?”. O problema não está em uma pessoa cis falando sobre a realidade trans, o problema está em apenas pessoas cis serem convidadas para debates e construções no âmbito acadêmico. Houve certo desconforto nas pessoas que ouviram a crítica. O desconforto em negar a sua transfobia. Aqui está a transfobia estrutural na reprodução da cisheteronormatividade. A voz de pessoas trans, dentro da universidade, só foi possibilitada por eventos de extensão, de modo que, para aprender sobre suas realidades, ainda é necessário buscar em espaços externos a este. Com esse trabalho, propõe-se iniciar uma pequena discussão/contribuição, na Psicologia, sobre as relações de gênero, mais precisamente os gêneros femininos e, sobretudo, às vivências trans e travestis, reconhecendo o saber destas neste trabalho.

Antes da contextualização da cultura travesti e trans, é preciso entender alguns aspectos comumente confundidos socialmente. Destaca-se, portanto, que os termos papel de gênero, expressão de gênero, identidade de gênero e sexualidade são termos distintos, bem como pessoas cisgêneras, trans, travestis e não-binárias. O termo identidade de gênero expressa o gênero com o qual a pessoa se identifica, podendo concordar ou não com o gênero biológico, que lhe fora atribuído ao nascer: homem cis, mulher cis, homem trans, mulher trans, travesti, não-binário/a/e. Enquanto isso, o papel de gênero está a serviço da expectativa social, cujos comportamentos do sujeito se restringem ao esperado socialmente. O papel de gênero e a expressão de gênero se assemelham, mas ainda são termos distintos, dado que a expressão de gênero - que também tem cunho identificatório socialmente - é a forma como a pessoa se apresenta ao social; forma a qual se identifica dentre as orientações de expressões que recebera desde o nascimento. A sexualidade está

no objeto de desejo sexual do indivíduo, como, por exemplo: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade (Jesus¹, 2012).

Segundo Gonçalves Júnior² (2018), ser pessoa trans é subverter a lógica de gênero cisheteronormativa, desconstruindo papéis de gênero entendidos socialmente como naturais, esperados, pautados pela lógica biológica; a transgeneridade representa uma identidade política que, historicamente, é estigmatizada e invisibilizada. A dissidência do corpo trans, que visa tomar o seu lugar de importância e que consegue esquivar-se do lugar subalterno para constituir-se ser crítico, pensante das próprias ações, por si torna-se um corpo político. Ainda segundo a autora, é possível observar que mulheres travestis, cotidianamente, estão em situações jocosas ou em eventos criminais. Pontua que, em consequência disso, a transfobia nega os corpos e o espaço de pessoas transgêneras de modo que as narrativas trans não sejam trazidas à nível de produção intelectual. Tal invisibilidade, mantida e garantida pela transfobia, que negligencia outra experiência humana, “é responsável por negar a capacidade - *latu sensu* - dos povos não brancos, não heteros, não cisheteros, de produzir saber” (Gonçalves Júnior, 2018, p. 5). Nesse sentido, Magno, Dourado e Silva (2018) apontam os estudos de Butler, considerando que a narrativa binária homem/mulher está assegurada pela lógica biológica do sexo designado ao nascer. Sendo assim, mulheres transexuais e travestis atuam em dissonância à separação heteronormativa entre gênero e sexo, evidenciando que o sexo entendido como “natural” pode ser culturalmente construído, bem como as identidades de gênero. Por fim, os autores destacam o problema da estigmatização que cerca a população trans e travesti, ressaltando a necessidade de novas investigações que possibilitem problematizar e discutir as tensões desta temática.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) divulgou em 2020 o Dossiê Trans, cujas informações apresentadas revelam a realidade dessa população referente ao ano de 2020. A ausência de dados governamentais e a subnotificação são aspectos que dificultam números precisos no que tange às violências sofridas pela população trans e travesti. Ainda assim, o Brasil lidera, em *ranking* mundial, no tocante aos assassinatos de pessoas trans e assume essa posição com números acima da média. No mesmo ano, segundo o levantamento da ANTRA, houveram 175 assassinatos registrados contra pessoas trans, travestis e não-binárias no Brasil.

¹ Jaqueline Gomes de Jesus é psicóloga, escritora e ativista brasileira. Doutora em Psicologia Social e Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

² Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior é mulher travesti, pai, avó, dissidente, atea, deficiente visual, articuladora da ANTRA, professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e apresentadora de televisão.

O Brasil, em 2016, liderou as buscas por pornografia transexual e travesti, de acordo com o site RedTub³. Desde então, o Brasil vem mantendo-se na liderança em outros sites internacionais (que efetivam relatórios anuais) também destinados à divulgação de conteúdos pornográficos. Estes dados acusam o paradoxo entre o desejo e o ódio que são empregados contra as travestis e transexuais. Isso se dá pela hipersexualização e fetichização - estimulada historicamente - dos corpos de mulheres trans e travestis, interpretados como fantasiosos, alegóricos, desprovidos de subjetividade ou desejo e que permanecem à disposição para quem as procura (ANTRA 2020).

Não por acaso, pouco se vê homens em relacionamento afetivo ou sexual com mulheres trans e travestis, pois, caso contrário, poderiam ter a sua heteronormatividade questionada, sendo considerado *gay*, visto que o social ainda insiste em negar que mulheres trans e travestis são manifestações femininas, portanto, trata-se de um relacionamento heterossexual. O afeto direcionado a pessoas trans e travestis é um campo sensível, dado aos estigmas e mitos que circundam a realidade e seus corpos. A repulsa por corpos dissidentes, estimulada historicamente no âmbito público, somada ao desejo (privado, sigiloso), expõe o que, infelizmente, acontece com as mulheres trans e travestis com frequência no Brasil: a morte violenta.

As que prestam serviços sexuais comentam a mudança comportamental dos homens após a relação sexual, alegando que eles, muitas vezes, ficam agressivos. O assassinato e o anonimato do assassino são favorecidos pelo isolamento compulsório que mulheres trans e travestis vivenciam, pois as colocam em situação de vulnerabilidade, ao passo em que os ambientes escolhidos para a atividade sexual segue critério de sigilo. A agressividade para com elas se dá, dentre outros aspectos, ao aniquilamento de qualquer afeto que possa surgir por parte do cliente/assassino, como forma de assegurar para si mesmo a sua sexualidade. Ainda de acordo com o Dossiê de 2020, da Antra:

Isso está diretamente relacionado ao avanço do pensamento fundamentalista cristão junto ao Estado e seu impacto no controle do corpo, do desejo e das relações afetivas e sexuais que seguem normatizando a função do homem de casar e ter filhos (p. 83).

A realidade da população em questão, também é preocupante no tocante aos índices de suicídio. Embora os homens trans apresentem, com maior frequência, ideação suicida, são as mulheres trans e travestis que enfrentam maior número de suicídio. Dos casos de suicídio notificados no ano de 2020, em torno de 30% refere-se aos homens trans, enquanto que 70% refere-se às mulheres trans e travestis. A subnotificação é um desafio para dados precisos no que tange aos casos de suicídio da população em geral, o que não seria diferente para o recorte de

³ Uma das maiores plataformas de compartilhamento de pornografia do mundo.

gênero que tem como outro aspecto dificultador a falta de dados governamentais e de políticas públicas voltadas a essa população. Portanto, para dar conta dos questionamentos acima abordados, o presente estudo apresenta como problema de pesquisa: Quais as possíveis implicações da lógica genitalista na identidade de gênero de mulheres trans e travestis?

OBJETIVOS

Objetivo geral

Identificar possíveis implicações da lógica genitalista na identidade de gênero de mulheres trans e travestis.

Objetivos específicos

Caracterizar a lógica genitalista;

Apresentar gênero como categoria de análise histórica;

Diferenciar conceitualmente os termos trans e travesti.

REVISÃO DE LITERATURA

Gênero: uma análise histórica

Segundo a historiadora Scott (1995), o termo gênero, nas últimas décadas do século XX, tomou maior proporção ao desencadear novas teorias acerca do tema, evidenciando-o como uma categoria de análise histórica, e não biológica como anteriormente fora construída e, até então, não constava nas teorias sociais anteriores. De acordo com o Dicionário do Pensamento Social do Século XX (1996), o patriarcado é a demarcação estrutural da desigualdade de gênero com os homens exercendo poder sobre as mulheres:

Representando o aspecto social das relações entre os sexos, gênero é um conceito que se distingue do conceito biológico de sexo (...) O gênero constrói e se expressa em muitas áreas da vida social. Inclui a cultura, a ideologia, e as práticas discursivas, mas não se restringe a elas. Divisão do trabalho por gênero, no lar e no trabalho assalariado, a organização do estado, a sexualidade, a estruturação da violência e muitos outros aspectos da organização social contribuem para a construção das relações de gênero. (p. 332)

Para Scott (1995), a utilização de termos como diferença sexual e sexo, nas narrativas sociais, demarca o determinismo biológico que está a serviço da construção de desigualdade entre homens e mulheres, de modo a naturalizar a hierarquização dos homens sobre as mulheres, atribuindo a eles papéis diferenciados. A categoria de gênero, conforme tem sido utilizada por historiadoras(es), rejeita o determinismo biológico, ressaltando que a sociedade faz manutenção dos papéis de gênero como forma de demarcar um lugar de inferioridade das mulheres em relação aos homens. A historiadora aponta que, nos anos 80, o forte impacto do movimento feminista cunhou para o movimento uma conotação negativa. Desse modo, o termo gênero passou a ser utilizado para substituir a expressão “história das mulheres”, em uma busca por legitimidade institucional.

Scott (1995) desenvolve o conceito de gênero, destacando que há duas etapas a serem compreendidas no tocante ao termo. A primeira refere-se ao gênero como elemento resultante das relações sociais que se fundam sobre as diferenças percebidas (e construídas) entre os dois sexos. A segunda etapa diz respeito ao caráter explicativo das relações de poder. Sendo assim, a autora destaca o aspecto social da construção de papéis de gênero. Ainda, considera que o estudo de gênero deve ater-se não somente às mulheres que são o polo oprimido, mas, também, ao polo opressor em que se encontram os homens. O estudo de um implica no estudo do outro, dado seu

aspecto relacional. Caso contrário, a perpetuação do mito de que uma esfera tem pouco ou nada a ver com a outra se manterá.

Butler (2018) contribui para os estudos de gênero evidenciando as discussões sobre ser mulher e sua relação com o gênero e sexo, destacando suas diferenças. O gênero é uma construção cultural, enquanto que o sexo é estabelecido pelo biológico. O gênero é uma categoria fluida, não havendo possibilidade de determinação direta entre sexo e gênero. A binariedade é posta em cheque com as problematizações construídas acerca do que é ser homem e do que é ser mulher, destacando que a genitália não determina ser homem por ter um pênis ou ser mulher por ter vagina. Sendo assim, demarca-se que não há apenas os gêneros homem e mulher (Butler, 2018).

Preciado (2002)⁴ tece sua crítica a Butler ao afirmar que o corpo é o objeto de estudo ausente em suas formulações. Bento⁵ (2017) acrescenta, ainda, que a autora mantém sua produção sobre a identidade na redução dela ao efeito do discurso, negligenciando outras formas de inscrições performativas da identidade. Destaca-se, ainda, a afirmação de Butler em não haver uma essência interior que se manifesta em atos, no entanto, não discorre sobre as particularidades do processo de construção dos corpos dissidentes que visam adequar-se à binariedade ou, então, sobre os corpos travestis e *drag kings* que jogam com as ambiguidades. Ambas as críticas estão à serviço do aprofundamento da análise dos mecanismos específicos das mudanças corporais - alertando para sua plasticidade. A plasticidade dos corpos versa sobre a sua condição em ser transformável e manipulável, referindo-se à performance de gênero que expressa-se por meio da moda, conforme afirma Bento (2017):

O que antecede aos conflitos com as genitálias são os com a própria construção das verdades para os gêneros, efetivadas nas obrigações que os corpos paulatinamente devem assumir para que possam desempenhar com sucesso os desígnios do seu sexo. Assumir um gênero é um processo de longa e ininterrupta duração. Nesta pedagogia, uma das lições primeiras é aprender a usar, querendo ou não, as cores e as roupas definidas como apropriadas (p. 162).

⁴ Paul B. Preciado é um filósofo e escritor feminista transgênero.

⁵ Berenice Bento é uma mulher, brasileira, bissexual, socióloga e professora da Universidade de Brasília. Recebeu o Prêmio Direitos Humanos (2011) na categoria Igualdade de Gênero.

Leal⁶ (2018) alega que os modelos ocidentais de binariedade e de identidade de gênero (homem e mulher) manifestam-se de formas distintas no que tange à performance de gênero. Em função do órgão genital, o conceito da cisgeneridade está atrelado à determinação compulsória de gênero desde o nascimento (Jesus, 2012). A cisgeneridade é naturalizada, dado a sua demarcação performativa cis (Leal, 2018). Considerar pessoas trans como um terceiro gênero - e não como uma performance de gênero - é um desacerto precipitado que está à serviço da biopolítica identitária que assume a função de controle dos corpos dissidentes trans. Leal (2018) questiona a forma arbitrária e liberalista da concepção da autodesignação como sendo uma escolha identitária.

A transgeneridade e travestilidade

Em uma cartilha publicada por Keila Simpson⁷ (2015), em parceria com Ministério da Saúde, discorre-se sobre o corpo trans e travesti em sociedade ao dizer que desde de a sua aparição, a população trans e travesti carrega a marca do preconceito estrutural. Acredita-se que a aparição dessa população no Brasil tenha iniciado nas décadas de 60 e 70 com os espetáculos teatrais. Todavia, foi na década de 70 que se expandiu o conhecimento sobre essa população em decorrência da migração delas para Paris. Em 1980, a fama das trans brasileiras tomou maior proporção ao estampar noticiários com os trabalhos realizados pelas trans brasileiras nas noites parisienses. Camille Cabral explica que o movimento de migração das brasileiras para Paris se deu pela busca de fortuna e fama, o que de fato muitas delas conseguiram com a prostituição (Simpson, 2015).

Foi na década de 80, em Paris, que as travestis brasileiras conheceram substâncias tóxicas que lhes prejudicariam a saúde futuramente, - caso cedessem ao uso - são elas: o silicone líquido industrial e a utilização indiscriminada de hormônios. O silicone líquido industrial é impróprio para uso humano. O conhecimento dessa substância popularizou no Brasil e foi, então, que as travestis iniciaram o uso com o intuito de assemelharem-se às trans parisienses; buscando construir formas femininas de maneira imediata, já que o uso, mesmo que indiscriminado, de hormônios tem seu efeito gradual na modificação da aparência. A busca por métodos invasivos advém da pressão estética e de performance de gênero que a cisheteronormatividade exige da população LGBT, sobretudo das pessoas trans e travestis. O preconceito que cerca a população LGBT há anos se deve à diversidade de expressões de gênero e de sexualidade que fogem da hegemonia

⁶ Dodi Tavares Borges Leal é uma performer, curadora, crítica, iluminadora teatral, pesquisadora, professora de Artes Cênicas brasileira e doutora em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP).

⁷ Travesti presidenta da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) que atua na luta pela garantia de direitos das pessoas trans e travestis desde 1993 (Silvana Pasternostro, 1999).

cisheteronormativa, causando “estranhamento”. Ademais, o estranhamento causado pela existência de pessoas trans e travestis levam elas e eles à morte violenta (Simpson, 2015).

A sociedade acostumou-se a lidar somente com homem e mulher cisgêneras(os), o que resulta em preconceito e violência sobre qualquer indivíduo que atreva-se a fugir do binarismo de gênero. As travestis, com seus corpos dissidentes, fazem o rompimento com essa lógica binária de gênero e - como consequência de serem quem são - são jogadas à margem da sociedade. Em discordância com o que é difundido por mulheres trans, de acordo com Simpson (2015), as travestis:

não querem ser identificadas como mulheres travestis. Elas reivindicam, sim, o respeito a suas vivências e individualidades, bem como o viver no gênero feminino, assim como o direito de serem respeitadas suas identidades de gêneros dentro desse universo feminino. (p. 10)

O resultado dos movimentos de resistência e de transgressão das travestis e pessoas trans é impresso na violência cometida contra essa população. As palavras trans e travesti tinham cunho pejorativo socialmente, o que culminou na reação do movimento organizado das trans e travestis contra o tabu - que a sociedade mantinha sobre os termos -, visando a ressignificação deles. Uma das ações tomadas foi assumir de vez a identidade e a cultura travesti, sem modificar o nome que, até então, era “símbolo” da marginalização perante à sociedade preconceituosa. As palavras travestilidade e transexualidade são criadas para empregar o sentido de identidade e de modo de viver da população trans e travesti (Simpson, 2015). Rosa (2012) destaca que a travestilidade é um termo latino-americano que se refere à identidade de gênero do espectro feminino. No entanto, neste caso, não há necessidade de redesignação sexual, como no caso de pessoas transexuais.

O termo travesti, segundo Jesus (2012), é antigo e antecede o termo transexual, sendo assim, mais utilizado nas narrativas que envolvem a realidade LGBT; no entanto, sendo empregado de maneira pejorativa, referindo-se à imitação, engano ou “fingir ser o que não se é”. Grande parte das travestis identificam-se com gênero feminino, o que exige que sejam referidas no feminino. Logo, “A” travesti e não “O” travesti, caso contrário, será insultuoso. No Brasil, o termo tem sido discutido - mais do que em outros países - no que tange à utilidade hoje, pois se entende que:

(1) Elas não se “travestem” no sentido original da terminologia; (2) Muitas pessoas tidas como travestis têm identidade transexual; e (3) Há os termos crossdresser e transformista (drag queen ou drag king) para se referir a dimensões específicas da vivência transgênero que não decorrem de aspectos identitários (como a travestilidade ou a transexualidade), mas funcionais, como o prazer e a diversão momentâneas. (p. 17)

Leal (2018), em seus estudos, debruça-se à luz da psicologia social para discorrer sobre sua própria vivência travesti - e para além dela -, entendendo que as perspectivas conservadoras compreendem que a barbárie está na ação confrontacional a uma ordem estabelecida, quando, na verdade, segundo a autora, tecer novas narrativas que desobedecem e reagem insurgentemente à oposição conservadora está promovendo resistência frente a estruturas sociais que são pautadas na desigualdade. À vista disso, a rebeldia nada mais é do que uma poética que confronta o sistema disciplinar da cisnormatividade e da “construção social e subjetiva do corpo e do pertencimento psicossocial” (p. 159).

Traz-se Sousa (2015) para ressaltar, novamente, a diferença estigmatizada entre travestis e mulheres trans, em que as travestis carregam a associação à prostituição, drogadição e HIV/AIDS, conforme consta na maioria dos estudos que abordam a temática, em especial os datados nas décadas de 80 e 90. Desse modo, a autora indaga: afirmar-se mulher trans pode ser uma tentativa de suavizar (higienizar, conforme Leal, 2018) o estigma e/ou reafirmar-se travesti seria uma forma de resistência?

Benedetti (2005) afirma que “o gênero das travestis se pauta no feminino. Um feminino que se quer evidente” (p. 96). Rodovalho⁸ (2017) destaca a experiência travesti como confusa até para elas mesmas, conforme trazem em seus discursos “sou mulher, né?”, “ah, nasceu com pênis é homem, não tem o que fazer” e “nem mulher, nem homem, sou travesti”. A autora destaca, ainda, que seria impossível defini-las socialmente no que tange ao seu papel de gênero se fossem consideradas apenas a forma como elas se identificam, dado o descompasso nas próprias definições. Tal contradição é abordada pela autora como consequência - dentre outros aspectos - do processo “tornar-se mulher”⁹, pois não se cria ninguém, desde o berço, para ser travesti. Desse modo, a expressão “não se nasce mulher, torna-se mulher” da Beauvoir, assume outro sentido particular, dado que não há a condição “nascer” para pessoas travestis, tampouco “tornar-se”. A autora alega que o social não ouve as travestis - tampouco tenta entender sua realidade -, não fazendo diferença alguma ela mesma se dizer ser mulher ou homem, por exemplo; ela não será poupada da marginalização e da violência que assola a sua existência dissidente: “não importa o que ela diga, nada será tão eloquente quanto o seu corpo em transmitir a mensagem do que ela é, do que ela não pode deixar de ser” (p. 370).

⁸ Amara Moira Rodovalho é uma mulher trans, escritora, professora de literatura, ativista brasileira e doutora em teoria literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

⁹ Expressão cunhada por Simone de Beauvoir em seu livro “O segundo Sexo”, em 1949.

Para além das modificações corporais, via utilização de hormônios ou de cirurgias, Bento (2017) discorre sobre a plasticidade dos corpos que precisam utilizar-se da moda, por exemplo, para dizer-se no mundo, de modo a ocupar o lugar de expectativa de gênero que a sociedade impõe sobre os corpos. Ao reconhecer a plasticidade do corpo, entende-se que ele é operável, manipulável e transformável e o que irá mantê-lo na dicotomia de gênero é a sua aparência, sua performance de gênero. O sentido dado aos acessórios e vestimentas vai além do entendimento de “gosto pessoal”, pois vincula-se às normas de gênero que dita formas de cobrir os corpos-sexuados. Exclusivamente, as roupas cumprem papel funcional, construindo *habitus* pessoais que fazem a manutenção da dialética corpo e meio (Bento, 2017).

A descoberta de um corpo “equivocado” passa por um processo anterior em que entende-se que não ocorre simultaneamente como “eu tenho pênis, então não posso usar calcinha” (p. 162), mas manifesta-se por meio de questionamentos como “eu quero usar um vestido. Por que não posso?” (p. 162). Os conflitos com as genitálias é antecedido pela construção de verdades sobre os gêneros, firmadas nas imposições que os corpos gradativamente devem assumir em prol dos desígnios do seu sexo. Desse modo, o conceito de gênero está à serviço do sexo (Bento, 2017).

Louro (2000) alega que a sexualidade está pautada em rituais, linguagens, fantasias, representações, convenções e símbolos que pertencem a processos culturais. Não há nada de “natural” nessa perspectiva, nem a concepção de corpo nem de natureza. Sendo assim, como pensar os corpos que não se adequam a um processo de construção heteronormativo, isto é, do corpo historicamente estimulado? Como se pensar o processo de autonomia dos corpos, se os discursos são atravessados por poderes que os controlam - pois não há neutralidade discursiva? (Abreu & Smith, 2016) Posto isso, as identidades são definidas por meio da cultura e da história, não restringindo-se apenas as de cunho sexual ou de gênero, mas de raça, nacionalidade, classe, etc. Louro (2000) afirma que “essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais.”(p. 6). Todavia, o corpo, que é a expressão “material” da diversidade, ainda é construído, pensado e marcado de acordo com as representações e aspectos rígidos e fixados, como a heteronormatividade (Abreu & Smith, 2016). Isso significa que ao reconhecer-se é escrita a atribuição de diferenças, o que resulta na instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias que e está estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade (Louro, 2000).

Breve construção histórica da lógica genitalista sobre os corpos trans

Bento (2017) traz em sua obra a construção histórica do “fenômeno transexual” citando que em 1910, Hirschfeld cunhou o termo “transexualpsíquico” para se referir à travestis fetichistas. Posteriormente, em 1949, Cauldwell utilizou o mesmo termo em um estudo de caso de um homem trans. Até então, a autora ressalta que não havia nenhuma distinção clara entre homossexuais, travestis e transexuais. Foi na década de 50 que começaram a surgir trabalhos que registravam e protestavam pela diferenciação do “fenômeno transexual”. Com essas reflexões, inicia o que se pode pensar em “dispositivo da transexualidade”, conforme aborda a autora, citando o conceito foucaultiano.

Em 1953, o termo transexualpsíquico volta à tona com Cauldwell, que apresenta a cirurgia de redesignação como a única alternativa terapêutica possível para transexuais. Em contraponto a essa declaração estão as(os) profissionais da saúde mental - principalmente psicanalistas - que identificam tal prática como mutilação quando entendida como única alternativa terapêutica. A socióloga aponta o posicionamento de Benjamin, que ataca violentamente todo tratamento psicoterapêutico (sobretudo psicanalítico) da transexualidade e do travestismo. O sexólogo e psicólogo Money - pioneiro nos estudos das implicações sociais na construção da identidade de gênero - debruça-se na teoria dos papéis sociais de Persons para esboçar suas primeiras teses sobre o conceito de gênero. Em sua tese, formulou a estrutura naturalmente dimórfica do corpo e a heterossexualidade como a prática normal desse corpo. No entanto, não previu que algumas das mulheres intersexuais seriam lésbicas e protestariam pelo uso alternativo de seus órgãos. Money parte da construção morfológica do corpo para assegurar a cisheteronormatividade. A disputa de saberes não constitui um impedimento de visões biologicistas e construtivistas na oficialização de protocolos em centros de transgenitalização (Bento, 2017).

Nas décadas de 60 e 70, as práticas reguladoras dos corpos ganharam maior visibilidade com o surgimento de associações internacionais que se dedicam a produzir um conhecimento diferenciado sobre a transexualidade e discutir os mecanismos de construção do diagnóstico diferenciado de *gays*, lésbicas e travestis. A prática de regulação dos corpos está atrelada à teoria que produz um saber específico e, ao mesmo tempo, propõe-se modelos apropriados para o “tratamento” (Bento, 2017).

Em 1973, a transexualidade passou a ser considerada uma “disforia de gênero”, constando, inclusive, no Código Internacional de Doenças (CID). Benjamin trabalhou em protocolos clínicos que serviram de base diagnóstica para identificar o sujeito “trans verdadeiro”, concedendo a este a cirurgia de redesignação. O trabalho de campo ressalta que há uma pluralidade de compreensões

acerca dos conflitos entre corpo e subjetividade. O que demarca um determinado gênero no sujeito é o que ele sente. Há muitas(os) transexuais que não recorrem à cirurgia de redesignação, pois a transformação através dos hormônios já é suficiente para lhes garantir um sentido de identidade (Bento, 2017).

O processo transexualizador é importado da psiquiatria norte-americana que, neste caso, influencia ainda hoje a compreensão científica das transgeneridades no Brasil (Porchat, 2014). No entanto, Leal (2018) destaca aspectos importantes a serem questionados sobre a identidade trans e travesti no que tange ao processo transexualizador. Ela expõe que falta nos estudos da psicologia e, também, na prática psicológica a crítica ao modelo norte-americano que reduz a experiência trans e travesti ao preenchimento prático de protocolos patologizantes em prol do processo transexualizador. À vista disso, distinguir o corpo trans de travesti faz parte do mecanismo estatal que fragiliza a experiência identitária trans, por meio da patologização, de modo a dizer quem é mais trans do que quem, e dirá sob quais circunstâncias estes devem ser reconhecidos enquanto tal. A autora aborda, ainda, o processo de higienização nas tentativas de generalizar a vivência travesti como sendo uma vivência trans e o contrário também não ser possível:

(...) é neste nodo complexo que se dão os processos de reconhecimento das transgeneridades: entre o passo e o descompasso da regulação biopolítica do Estado sobre o corpo trans em paralelo com os complexos processos de resistência que ora contribuem para subverter tal quadro institucional, ora o corroboram. (p. 18)

Nesse sentido, Foucault (2008) aborda como a preocupação com a preservação da vida e a ideia de cuidado com a população passam a compor a lógica política da governamentalidade liberal do Estado Ocidental. O discurso que valoriza a vida, mas negligencia as mortes de pessoas trans, não é obra do acaso, pois é uma condição biopolítica de controle sobre as transgeneridades: fazer viver e deixar morrer (Leal, 2018).

“Saúde”: a manutenção patologizante dos corpos trans e travestis

A entrada da população trans e travesti no Sistema Único de Saúde (SUS) se deu por conta da epidemia da AIDS que, na década de 70, acometia essa população cada vez mais. Não existia programas no SUS que visassem a população que, há anos, já vinha sofrendo com uso indiscriminado de hormônios e com a aplicação do silicone industrial. A epidemia da AIDS fez com que o SUS precisasse olhar para essa população marginalizada, pois era considerada “grupo de risco”, o que culminou em alguns programas de assistência especializada a essas pessoas. As pessoas trans e travestis não faziam uso do sistema único de saúde por consequência do receio do preconceito que sofrem ao manifestar seus corpos dissidentes no ambiente médico. No entanto,

ainda hoje, a entrada da população trans e travesti nos serviços de saúde públicos causa estranhamento, seja por parte das(os) profissionais do serviços que não compreendem as especificidades da população ou das(os) próprias(os) usuárias(os) que temem a discriminação (Simpson, 2015).

O movimento LGBT debate e encaminha suas reivindicações ao Ministério da Saúde nas conferências nacionais de políticas públicas para LGBT. Em 2008 ocorreu a primeira conferência nacional de políticas públicas para LGBT. O Ministério da Saúde, desde a primeira conferência, foi o órgão que mais efetivou as propostas da comunidade LGBT. Entre as outras políticas públicas, ficou mais evidente a Política Nacional de Saúde Integral LGBT; em especial, o Processo Transsexualizador do SUS, que é uma reivindicação antiga da população trans brasileira e está sustentada pela Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, a qual institui o Processo Transsexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão (Ministério da Saúde, 2008).

No tocante ao processo transsexualizador, Favero¹⁰ (2020) problematiza o diagnóstico que é exigido para ter acesso ao processo transsexualizador. Ela destaca que, há 40 anos, a transexualidade foi inserida, pela Organização Mundial da Saúde, na CID-9. Em 1993, o manual fora atualizado e permanece até hoje em vigor, totalizando mais de 25 anos de vigência. Em 2013, o DSM-5 altera “Transtorno de Identidade de Gênero” para “Disforia de Gênero”, sendo apenas uma alteração de nomenclatura, já que continua a estipular prazo de atendimento. Foi somente em 2013 que travestis e homens trans foram incluídas(os) no processo transsexualizador. A nova CID, prevista para 2020, altera também a mesma categoria para “Incongruência de Gênero”. O movimento público em prol da despatologização das identidades trans, que ocorreu nos últimos anos, culminou em discussões acerca dos diagnósticos de pessoas trans, tendo sua maior visibilidade em 2018. No mesmo ano, foi lançada a versão preliminar da CID-11 com a nova nomenclatura. “Dar outro nome para uma questão que permanece ‘a mesma’ não faz com que se despatologize a transexualidade” (Favero, 2020, p.73).

O DSM-5 ainda prevê que crianças designadas como “meninas”, teriam aversão a brincadeiras e vestimentas consideradas femininas, como brincar de bonecas, por exemplo, e vice-versa. A CID-11, diferentemente do DSM-5 (que estipula 6 meses de sintomatologia), estabelece o mínimo de 2 anos de sintomatologia, demonstrando controvérsia no tocante ao discurso despatologizante. Sendo assim, se a transexualidade não é mais uma questão de doença e sim de

¹⁰ Sofia Favero Ricardo é mulher travesti e doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

saúde, qual é a importância de se observar determinado gênero por um período de tempo? Ademais, se uma categoria diagnóstica precisa ser universal, como categorizar algo que é próprio de determinado contexto, como feminino e masculino, por exemplo? Uma criança dizer-se trans é sinônimo de preocupação perante às ciências psi, mas denominar-se pessoa cisgênera não, já que esta é a “normalidade”. Aqui, o corpo saudável é o corpo cisgênero. A cautela em relação à transexualidade “infantil” advém da herança médica que atina o desvio da norma como um risco (Favero, 2020).

MÉTODO

Delineamento

O processo de pesquisa deste trabalho tem uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório. Em uma pesquisa qualitativa, a relação entre as unidades de um objeto de estudo e a busca por seu sentido são aspectos importantes trazidos em foco (Laville & Dionne, 1999). No que tange ao aspecto exploratório do processo de pesquisa, no qual este trabalho identificou as construções sociais acerca da identidade de gênero em mulheres trans e travestis, Laville e Dionne (1999) apontam que este tipo de estudo é utilizado com o intuito de aperfeiçoar o conhecimento do pesquisador a respeito do tema. Desse modo, tornou-se possível enunciar aspectos teóricos, que foram analisados conforme os objetivos desta pesquisa.

Fontes

Como fontes para o estudo, foram utilizados cinco artigos de cunho científico da área em questão, com data de publicação restrita aos últimos cinco anos. Segue abaixo a tabela de apresentação das fontes utilizadas.

Tabela 1

Artigos para análise

Número do texto	Referências
1	Caravaca-Morera, J. A. & Padilha, M. I. (2018). Necropolítica Trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. <i>Texto & Contexto - Enfermagem</i> , 27(2). DOI: 10.1590/0104-07072018003770017
2	Henriques, R. da S. P. & Leite, A. F. dos S. (2019). A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana. <i>Revista Estudos Feministas</i> , 27(33). DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n356662
3	Bagagli, B. P. (2016). A diferença trans no gênero para além da patologização. <i>Revista Periódicus</i> , 1(5), 87–100. DOI: 10.9771/peri.v1i5.17178

- 4 Zucchi, E. M., Barros, C.R.S., Redoschi, B. R. L., Deus, L. F. A. & Veras, M. A. S.M. (2019). Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(3) DOI: 10.1590/0102-311X00064618
 - 5 Silva, M. A., Luppi, C. G. & Veras. M. A. de S. M. (2020). Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(5), 1723-1734. DOI: 10.1590/1413-81232020255.33082019
-

Instrumentos

Para compor as bases de análises deste trabalho, foram utilizadas tabelas de modo a sistematizar as fontes escolhidas e apresentar os resultados da pesquisa. Tal organização auxilia de maneira prática a reunir os dados trabalhados, compondo espaço complementar ao texto, devendo ser apresentada de forma clara e concisa (Laville & Dionne, 1999). A primeira tabela apresenta os artigos selecionados, enquanto a segunda tabela apresenta os recortes realizados, os quais representam os resultados deste trabalho.

Procedimentos

Foram utilizadas as bases de dados Scielo, Pepsic, BVS-Psi e outras como livros de cunho teórico-científico para selecionar artigos pertinentes. Foi realizada uma revisão teórica de autores clássicos a contemporâneos e expoentes nos estudos de gênero, sobretudo de pessoas transgêneras, privilegiando as contribuições de mulheres (cis, transgêneras e travestis). Os descritores utilizados para tal seleção foram: psicologia social; binarismo; travesti; transgeneridade; travestilidade; mulher trans; gênero.

Para melhor compreensão dos aspectos sociais envolvidos na identidade de gênero de mulheres trans e travestis, os textos selecionados foram lidos mais de uma vez. *A posteriori* foram elencadas as categorias de análise que auxiliaram na elaboração e compreensão da discussão no que tange ao tema. Laville e Dionne (1999) identificam esse formato como modelo aberto de definição de categorias analíticas. Nesse modelo de categorias de análises são reunidas, posteriormente, determinada quantidade de unidades do material de análise que tenham significação aproximada.

Referencial de análise

Utilizou-se a análise de conteúdo neste trabalho, a partir dos materiais separados e analisados criteriosamente, caracterizando a reconstrução do sentido de um conteúdo. A seleção dos materiais é feita logo no início da coleta de informações e também na organização desses. O processo inicial de análise auxilia e permite ao agente de pesquisa elaborar a própria percepção sobre o fenômeno em estudo (Laville & Dionne, 1999).

A metodologia de análise de conteúdo, de acordo com Laville e Dionne (1999), não é inflexível e sim um conjunto de processos que corroboram para a revelação do sentido de um conteúdo, como:

- Recortes do conteúdo: é o processo inicial e requer o recorte de elementos dos conteúdos selecionados para agrupá-los em unidades, que foram analisadas logo após. É importante considerar os recortes como a seleção de categorias de sentido, destacando a vantagem de recortes de estrutura gramatical que são as frases e orações, delimitando o conteúdo e sentido.
- Categorias de análise: são agrupamentos de unidades que compartilham um sentido, que podem ser constituídas a partir da etapa de recortes de conteúdo ou posteriormente, conforme desejar o pesquisador. Por ter caráter exploratório, de modo que foi utilizado o modo indutivo considerando que a construção das categorias de análise aconteceu no decorrer da análise.
- Análise qualitativa: busca-se significação por meio da relação entre as especificidades das unidades de sentido, preservando a forma literal dos dados. Foi utilizada a estratégia de emparelhamento que caracteriza-se pela associação de um objeto de estudo, neste caso, as implicações sociais na construção da identidade de gênero de pessoas transgêneras, a um modelo teórico, a partir da revisão de literatura construída, objetivando realizar uma reflexão.

RESULTADOS

Tabela 2

Categorias de análise e os respectivos recortes

Categoria	Recorte
CATEGORIA A MANUTENÇÃO PATOLOGIZANTE DOS CORPOS TRANS	<p>RECORTE 1 - “quando o DSM-5 descreve uma possível disforia de gênero em crianças, em nada o manual está se referindo a “constantes sintomatológicas clinicamente observáveis”; antes disso, está endereçando suas atenções às normativas de gênero que exigem que indivíduos nascidos com determinada genitália representem uma performance específica, historicamente construída e culturalmente assimilada àquela genitália em questão.” (Texto 2, p.6)</p> <p>RECORTE 2 - “As disforias de gênero são significadas através da perspectiva patológica pela disjunção exclusiva entre travestis e transexuais. Não há espaço, na lógica da patologia, para o que é ao mesmo tempo disforia e euforia, fixidez e fluidez, originalidade e paródia.” (Texto 3, p. 98)</p> <p>RECORTE 3 - “O DSM-5 introduz como critério de inclusão à disforia de gênero a ênfase no “sofrimento” (critério D), muito embora não analise se este seria expressão do patológico (fator endógeno) ou se seria efeito da patologização (fator exógeno).” (Texto2, p. 6)</p> <p>RECORTE 4 - “Os resultados positivos observados no bem-estar psicológico das mulheres transgênero (em decorrência de procedimentos transexualizadores) não são diretos, mas mediados: as transforma-ções físicas diminuem o estresse associado a não ser reconhecida como mulher e, conseqüentemente, diminui a chance de constrangimentos e violências.” (Texto 4, p. 9)</p> <p>RECORTE 5 - “Torna-se possível transitar de um gênero a outro, desde que preservada a sua gramática normativa binária; inverter</p>

o sexo designado no nascimento parece ser uma das poucas formas de transição aceitas na cultura norte-americana.” (Texto 2, p. 06)

RECORTE 6 - “Os fatores associados a possuir um vínculo formal identificados foram: identidade de gênero homem transexual, possuir 12 anos ou mais de escolaridade, estar em algum acompanhamento médico, estar em acompanhamento para processo transexualizador, ter convênio médico particular e nunca ter sido preso na vida.” (Texto 5, p. 1729)

**CATEGORIA B
NECROPOLÍTICA
TRANS**

- RECORTE 7 - "Uma prática tecnológica ininterrupta de violência estrutural e institucional contra o dispositivo da transexualidade". (Texto 1, p. 04)

RECORTE 8 - “De fato, essa (i)lógica pode ser apreciada na consolidação de um campo difuso de exclusão e extermínio socioeconômico, nos quais determinados exercícios de necropoder social e federal “empurram” deliberadamente certos grupos humanos (aqui em questão, a população trans) à morte e à invisibilização.” (Texto 1, p. 8)

RECORTE 9 - “Parece ser que existe uma constante vigilância panóptica e estrutural por meio de diversas instituições nos contextos investigados. Ditas instituições são: a família (que replica a política social instaurada e consolidada historicamente), a religião de cunho não progressista (que condena as atitudes que escapem da sua inteligibilidade), a medicina (principalmente desde a psiquiatria), que empregam a ameaça da anormalidade, pecado e patologização para colocar e expor esse corpo sob suspeita e morte.” (Texto 1, p. 5)

RECORTE 10 - “As noções acerca de homens e mulheres de verdade são difusas e profundamente ramificadas em

todo o tecido social. A espontaneidade do aparecimento dessas verdades do gênero se baseiam em marcos de regulação da cisgeneridade compulsória.” (Texto 3, p. 92)

RECORTES 11 - “Uma em cada três travestis ou mulheres transexuais já viveu pelo menos uma forma de violência em decorrência de sua expressão e identidade de gênero. A maioria já foi vítima de violência policial ou de chantagem e extorsões.” (Texto 4, p. 9)

RECORTES 12 - “Cabe aos profissionais de saúde mental se engajar em perspectivas que os tornem capazes de se deslocar dos universalismos do Homem que disjungem as diferenças trans pela lógica da representação hegemônica.” (Texto 3, p. 99)

**CATEGORIA C - A
MARGINALIZAÇÃO
COTIDIANA**

RECORTE 13 - “comparativamente às pessoas que se autoidentificam como mulheres transexuais, as que se identificam como travestis apresentam marcadores de maior vulnerabilidade social, tais como menor escolaridade, cor da pele preta ou parda, piores condições de moradia e maior envolvimento com prostituição.” (Texto 4, p. 9)

RECORTE 14 - “Tais (violência simbólica) atos se desenvolvem no âmbito de relações de poder que resultam na opressão e vitimização das minorias.” (Texto 4, p. 9)

RECORTE 15 - “Embora o trabalho sexual conste na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO27, sua atuação não é regulamentada no Brasil, ou seja, essa atividade é exercida totalmente na informalidade.” (Texto 5, p. 1730)

RECORTE 16 - “Ainda que seja uma estratégia a ser perseguida, a elevada escolaridade nem sempre garante a inserção dessa população no mercado de trabalho.” (p. 1730)

RECORTE 17 - “Não estar satisfeita com as relações pessoais e com o suporte de amigos impacta negativamente o bem-estar psicológico.” (Texto 4, p. 8)

RECORTE 18 - “Na medida em que pessoas transgênero são expulsas de casa ou são obrigadas a deixar o convívio familiar, elas encontram nas redes de amigos, organizações comunitárias ou não governamentais o acolhimento de sua identidade/expressão de gênero, e podem estabelecer e fortalecer relações de suporte e confiança.” (Texto 4, p. 8)

DISCUSSÃO

A partir dos recortes realizados e apresentados na tabela acima, identificou-se algumas relações e entendimentos possíveis, os quais serão apresentados nesta discussão. Buscou-se, nos artigos selecionados, por relatos que apresentassem discursos que se utilizam da norma para justificar o preconceito para com os corpos dissidentes.

Acerca da categoria “Patologização dos corpos trans e travestis”, apresenta-se o recorte 1, que aborda a disforia de gênero em crianças e descreve algumas constantes sintomatológicas clinicamente observáveis como: menino preferir brincar com brinquedos tidos como femininos e vice-versa. Além disso, os aspectos analisados estão imbuídos de normativas de gênero as quais requerem que pessoas nascidas com determinada genitália comportem-se de acordo com o esperado socialmente. A expectativa social de gênero é historicamente construída, não é universal, variando de cultura para cultura, e, neste caso, prevê que as genitálias sejam atribuídas aos seus respectivos gêneros. Desse modo, na lógica genitalista do DSM-5, a vagina está para a “feminilidade”, assim como o pênis está para a “masculinidade”. Neste recorte explicita-se a (i)lógica genitalista, a qual insiste em determinar como um corpo deve comportar-se, desde a infância, adequando-se à expressão de gênero ao que se entende por genitália “feminina e masculina” (Bento, 2017; Favero, 2020). Os marcadores diagnósticos destacados pelo DSM-5 - como um menino brincar de boneca, por exemplo - destaca o que parece assustar a sociedade norte-americana: a dissidência dos corpos, pois não seria possível, assim, domesticá-los (curá-los), já que não se sujeitam às regras morais e culturais historicamente construídas e difundidas pela sociedade norte-americana que reverberam no manual diagnóstico. A prática de regulação dos corpos está atrelada à teoria que produz um saber específico e, ao mesmo tempo, propõe-se modelos apropriados para o “tratamento” (Bento, 2017). Como bem declara Favero (2020), não é possível universalizar algo que é característica de uma determinada cultura/contexto como expressões de gêneros, por exemplo.

Alinhado ao primeiro recorte, o recorte 2 refere que as disforias de gênero são significadas através da perspectiva patológica pela disjunção exclusiva entre travestis e transexuais. Não há espaço, na lógica da patologia, para o que é ao mesmo tempo disforia e euforia, fixidez e fluidez, originalidade e paródia. A patologização das dissidências parte do conceito da normalidade, do que é imutável e da utilidade da cisgeneridade (Bagagli, 2016). Desse modo, parece haver uma ânsia em distinguir o que é travestilidade de transgeneridade, fixando um padrão passível de prever, impossibilitando a fluidez entre as expressões de gênero, o que dificulta o controle da “anormalidade”. A mulher trans tende a vivenciar disforia com o próprio corpo, indo em busca de procedimentos estéticos que o façam adequar-se ao binarismo de gênero, mas não necessariamente. Da mesma forma acontece com as travestis em que, geralmente, sentem-se bem

com o próprio corpo e podem não recorrer a procedimentos estéticos ou a cirurgia de redesignação sexual, mas, de novo, não é regra (Ministério da Saúde, 2008). Nem mesmo a fluidez das expressões de gênero adequa-se às regras da dissidência. Há uma diferença estigmatizada entre travestis e mulheres trans, em que as travestis carregam a associação à prostituição, drogadição e HIV/AIDS, conforme consta na maioria dos estudos que abordam a temática, em especial os datados nas décadas de 80 e 90. A categorização dos corpos parece estar à serviço, dentre outros aspectos, da ideia de universalização que reduz experiências culturais e subjetivas, em prol da catalogação das manifestações de gênero “subversivas” no *roll* da anormalidade que não abre espaço para o constante devir existencial.

O recorte 3 continua a discussão sobre a recepção do social frente às dissidências e afirma que um dos aspectos característicos da disforia de gênero é o sofrimento, sendo esse o critério D do diagnóstico. Todavia, entende-se que não há uma análise crítica de modo a compreender se o sofrimento seria de fator endógeno (devido a patologia) ou exógeno (produto da patologização). O sofrimento aqui destacado como um marcador diagnóstico referenciado no manual, parece referir-se ao sofrimento que o próprio DSM-5 - produto das construções sociais excludentes norte-americana - institui sobre essa população, uma vez que responde e reforça o preconceito frente à rebeldia das travestis e das pessoas trans que subvertem a cisnorma. “A questão é que o sofrimento, enfatizado de forma acrítica, acaba servindo como álibi à patologização” (Henriques & Leite, 2019, p. 07). Desse modo, parece que o manual não está à serviço da saúde das pessoas trans e travestis, e sim à serviço de justificar as violências que o social pratica contra as dissidências a fim de demarcar o seu lugar fora da normalidade cisgênera.

No tocante ao sofrimento psíquico do público-alvo, apresenta-se o recorte 4 apontando que o bem-estar psicológico de mulheres trans e travestis, em relação aos procedimentos transexualizadores, demonstrou resultados positivos não diretos, mas mediados: as transformações físicas diminuem o estresse associado a não ser reconhecida como mulher e, conseqüentemente, diminui a chance de constrangimentos e violências. Posto isso, pode-se entender que os procedimentos transexualizadores possibilitam que as mulheres/homens trans e travestis sejam enxergadas(os) e consideradas(os) socialmente, mas às custas da readequação à hegemonia cis(tema)normativa. Isto é, respondendo às expectativas da binaridade de gênero tal qual prevê a (i)lógica genitalista: a mulher que tem vagina e esbanja feminilidade e o homem que tem pênis e exala masculinidade. Concordando com o exposto acima, o recorte 5 aborda que a cultura norte-americana parece tolerar uma das poucas formas de transição de gênero, desde que mantenha-se a lógica binária: invertendo o sexo designado ao nascimento. Ao processo de adequação à hegemonia cis, algumas autoras travestis como Leal, Favero e Jesus conceituam como

passabilidade o sujeito que consegue “passar batido” e não ser identificado como uma pessoa trans ou travesti. Mas nenhuma delas consegue atingir o padrão que se espera de uma pessoa cisgênera, porque elas não o são, conforme contribui Benedetti (2005) “não importa o que ela diga, nada será tão eloquente quanto o seu corpo em transmitir a mensagem do que ela é, do que ela não pode deixar de ser” (p. 370). Por conseguinte, a autora continua a afirmar que saber quem elas são, infelizmente, não as protegerá das violências perpetradas pelo social.

O recorte 6 continua a discussão abordando as oportunidades que se apresentam para as pessoas trans e travestis, no âmbito do trabalho, afirmando que ser homens trans, possuir 12 anos ou mais de escolaridade, estar em algum acompanhamento médico, estar em acompanhamento para o processo transexualizador, ter convênio médico e nunca ter sido preso na vida são aspectos favoráveis ao vínculo formal trabalhista. O artigo informa que apenas 16,7% das pessoas transexuais (incluindo as travestis) possuem vínculo formal de trabalho. Mulheres trans enfrentam maior dificuldade de empregabilidade após a transição de gênero, enquanto que os homens trans após a transição apresentavam maior possibilidade de entrada no mercado de trabalho. As desigualdades de gênero podem ser um indicador de maior exclusão das mulheres trans e travestis no ambiente de trabalho em relação aos homens trans. (Zucchi, Barros, Redoschi, Deus & Veras, 2020). A passabilidade do homem trans o deixa em vantagem em relação às mulheres trans e travestis, não à toa elas, com frequência, fazem da prostituição o seu meio de subsistência.

Introduzindo a próxima categoria B, intitulada de “necropolítica trans”, traz-se o recorte 7 que conceitua a necropolítica trans como uma prática tecnológica ininterrupta de violência estrutural e institucional contra o dispositivo da transexualidade. Neste contexto, a morte é entendida para além do fenômeno biológico, sendo, sobretudo, moral, político e social (Caravaca-Morera & Padilha, 2018). Como já trazido ao longo da revisão de literatura, Leal (2018) relata que as narrativas que dão valor à vida e ao mesmo tempo negligenciam a morte de pessoas trans e travestis, não é obra do acaso, pois fazem parte do controle sobre as transgeneridades que tem como produto o discurso velado: fazer viver e deixar morrer. Nesse sentido, o DSM-5, no que tange às transgeneridades e travestilidades, parece ser considerado um manual diagnóstico que visa preocupar-se com a saúde e bem-estar dessa população, sendo utilizado pelo Estado e pelas ciências psi como um mediador do processo de “saúde-doença”. No entanto, patologizar não parece estar contribuindo para o bem-estar dessa população no Brasil, sendo este o país que mais mata travestis e mulheres trans no mundo (ANTRA, 2020).

No recorte 8, aborda-se, ainda, o conceito de necropolítica trans em que “a (i)lógica pode ser apreciada na consolidação de um campo difuso de exclusão e extermínio socioeconômico, nos quais determinados exercícios de necropoder social e federal ‘empurram’ deliberadamente certos grupos

humanos (aqui em questão, a população trans) à morte e à invisibilização” (p. 8). Em concordância com essa narrativa, apresenta-se o recorte 9, o qual afirma que uma em cada três travestis e mulheres trans já sofreu pelo menos uma forma de violência devido a sua expressão de gênero. A violência policial, chantagem e extorsão também faz parte da realidade delas em sua maioria. A escassez de políticas de saúde públicas voltadas à população em questão parece demarcar a necropolítica como um plano de Estado “já que preconiza como estandarte a morte daquele que não é capaz de encaixar-se dentro de suas normativas manipuladoras e prescritivas” (Caravaca-Morera & Padilha, 2018, p. 03). Ressalta-se a importância da implementação de políticas de saúde públicas assertivas a fim de repensar as tratativas com essa população, já que o Brasil, por anos consecutivos, foi líder em assassinatos de pessoas trans e travestis em que grande parte dos assassinatos ocorreram em situação de vulnerabilidade social, visto que isso é resultado de inúmeras negligências, bem como do contexto de vulnerabilidade em que sobrevive essa população (Antra, 2020).

No tocante às instituições que reverberam na existência trans e travesti, traz-se o recorte 10 ressaltando que “parece ser que existe uma constante vigilância panóptica e estrutural por meio de diversas instituições nos contextos investigados. Ditas instituições são: a família (que replica a política social instaurada e consolidada historicamente), a religião de cunho não progressista (que condena as atitudes que escapem da sua inteligibilidade), a medicina (principalmente desde a psiquiatria), que empregam a ameaça da anormalidade, pecado e patologização para colocar e expor esse corpo sob suspeita e morte”. Parece existir uma cadeia de regras heteropunitivas, organizadas em teias simbólicas em que baseiam-se no interesse político, econômico, religioso e estético em prol da hegemonia de um grupo historicamente dominante.

Em concordância disso, o recorte 11 infere que as construções sociais acerca do que é homem e mulher são difusas e ramificadas. Desse modo, a espontaneidade do aparecimento dessas verdades do gênero se baseiam em marcos de regulação da cisgeneridade compulsória. Tanto gênero como sexualidade são produtos das convenções e símbolos sociais, portanto, não há “naturalidade” nesta perspectiva. Sendo assim, não é possível pensar corpos que existam sem a interferência de estímulos socioculturais. Não há autonomia dos corpos, pois o poder atravessa os discursos e, conseqüentemente, os controlam (Louro, 2000). Possivelmente, como abordado ao longo do trabalho, não há espaço para a fluidez, para o devir das existências, pois assegura-se a normalidade e a hegemonia como justificativa para marginalizar e invisibilizar outras formas de existência humana as quais são subjugadas como anormais. À vista disso, a rebeldia nada mais é do que uma poética que confronta o sistema disciplinar da cisnormatividade e da “construção social e subjetiva do corpo e do pertencimento psicossocial” (Leal, 2018, p. 159).

Finalizando a categoria B, destaca-se o recorte 12 que expõe sobre os profissionais psi ao referir que é de responsabilidade das(os) profissionais de saúde mental se engajar em perspectivas que os tornem capazes de se deslocar dos universalismos do Homem que disjungem as diferenças trans pela lógica da representação hegemônica. À vista disso, estabelecer uma ciência à parte para as transgeneridades e travestilidades não seria tão assertivo quanto despatologizá-las, a fim de distanciá-las dos reducionismos norte-americanos para considerar e validar as múltiplas formas de viver e experienciar o próprio corpo possibilitando celebrar as próprias condições de existência (Bagagli, 2016).

Adentrando à categoria C, intitulada de “A marginalização cotidiana”, apresenta-se o recorte 13 ao qual evidencia que em comparação às mulheres trans, as travestis apresentam marcadores de maior vulnerabilidade social, como menor escolaridade, cor da pele preta ou parda, piores condições de moradia e maior envolvimento com prostituição. Desse modo, o que parece separar esses dois grupos é a vivência de vulnerabilidade que as travestis enfrentam com maior frequência, dado que essas são produções culturais, sendo preciso lembrar que na década de 80 as travestis eram associadas, dentre outros aspectos como a AIDS, à prostituição como forma de subexistência (Jesus, 2012; Ministério da Saúde, 2008). Não à toa, atualmente, a categoria travesti é associada, com maior frequência, entre ativistas como sendo uma categoria de identidade de gênero, especialmente entre as de maior escolaridade (Zucchi et al., 2020).

O recorte 14 aborda as minorias sociais que sofrem com a violência simbólica a qual se desenvolve no âmbito das relações de poder e que favorece a camada social privilegiada. As relações de poder perpassam instituições, ambiente familiar, econômico e também político. Posto isso, pode-se entender que a invisibilização leva à marginalização de uma população que permanece no lugar subalterno, naturalizando, de forma inconsciente, a posição de vítima restrita à sua condição econômica e minoritária (Zucchi et al., 2020). A violência as persegue antes mesmo da popularização delas no Brasil, empurrando-as para as margens da sociedade, em um lugar de subsistência, dificultando suas lutas por respeito e equidade.

Ainda sobre as consequências da marginalização da população em questão, o recorte 15 trata do trabalho sexual e informa que não há regulamentação no Brasil para essa profissão, embora conste na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO27), sendo assim, essa atividade é exercida informalmente. Atuar nessas condições, além de incluí-las em um possível ambiente hostil e de risco à própria vida - conforme consta nos registros da ANTRA, 2020 -, as exclui do plano de seguridade social, pois apenas 37,9% delas contribuem para o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) não tendo acesso a direitos como a aposentadoria, por exemplo. Alinhado às reflexões acerca das oportunidades de trabalho para a população trans e travesti, o recorte 16

destaca que a elevada escolaridade não é garantia de inserção no mercado de trabalho, ainda que seja uma estratégia a ser perseguida. O recorte explana o preconceito estrutural que as exclui mesmo quando rompem com as barreiras sociais a fim de ir em busca de melhores condições de vida.

No tocante às relações com familiares, o recorte 17 discorre sobre o abandono familiar que as travestis e pessoas trans sofrem ao serem expulsas(os) de casa. O abandono físico e emocional impacta negativamente no bem-estar psicológico dessa população (Zucchi et al., 2020). Além de precisarem lidar com a rejeição da família, elas/eles precisam lidar com a incerteza do que está por vir nas ruas. Em concordância com o penúltimo recorte, o recorte 18 traz que a insatisfação com as relações pessoais e com o suporte de amigos também ocasiona impacto negativo em relação ao bem-estar psicológico. Ao passo que essas pessoas são rejeitadas e expulsas de casa, encontram nas redes de amigos, organizações comunitárias ou não governamentais o acolhimento, podendo fortalecer relações de suporte e confiança.

Portanto, parece que as construções sociais sobre o que se entende de corpo, servem de pano de fundo para a lógica genitalista, que pode reduzir a experiência subjetiva de cada sujeito, uma vez que a complexidade da existência humana ultrapassa categorizações fixas e imutáveis. As tentativas de enquadrar corpos dentro e fora da normalidade, acaba por custar a vida de travestis e pessoas trans em decorrência do preconceito, que é, inclusive, assegurado pelo DSM-5, como um processo social excludente que se retroalimenta: dita-se o normal até que as dissidências sintam-se desalojadas a ponto de rejeitar-se a si mesmas. Pronto, tem-se o diagnóstico de inadequação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo geral do presente trabalho, percebe-se que foi possível identificar possíveis implicações da lógica genitalista na construção da identidade de gênero da população trans e travestis. Além disso, foram contemplados os objetivos específicos de caracterizar a lógica genitalista; apresentar gênero como categoria de análise histórica; diferenciar conceitualmente os termos trans e travesti, os quais contribuíram, significativamente, na organização e ampliação do conhecimento acerca do tema abordado, bem como fornecer embasamento teórico científico para a construção de análise de conteúdo realizada. Na discussão e resultados, apresentou-se como essas violências operam sobre esses corpos e tentam fragilizá-los através da lógica genitalista: a patologização como uma tentativa de justificar a transfobia; a necropolítica (e biopolítica) como um possível plano de Estado e, por fim, às violências cotidianas que buscam demarcar o lugar da marginalização a fim de reservá-lo às dissidências.

Entendendo gênero como uma construção social historicamente incentivada, percebeu-se que a comunhão do gênero atrelado ao sexo (genitalia) reduz as perspectivas de fluidez das experiências de gênero. A utilização de termos como diferença sexual e sexo, nas narrativas sociais, demarca o determinismo biológico que está a serviço da construção de desigualdade entre homens e mulheres, de modo a naturalizar a hierarquização dos homens sobre as mulheres, atribuindo a eles papéis diferenciados (Scott, 1995). Neste sentido, o recorte de gênero que Scott aborda, parece explicar a maior aceitação de homens no mercado de trabalho do que de mulheres, mulheres trans e travestis. A figura feminina é tida como inferior e problemática quando resolve e consegue romper com as barreiras de gênero.

O acesso da população trans e travesti ao Sistema Único de Saúde ocorreu de forma conturbada, o que repercute ainda nos dias de hoje devido a falta de assistência adequada e o preconceito estrutural que repele a população do seu direito de acesso à saúde. Ainda hoje, a entrada da população trans e travesti nos serviços de saúde públicos causa estranhamento, seja por parte das(os) profissionais do serviços que não compreendem as especificidades da população ou das(os) próprias(os) usuárias(os) que temem a discriminação (Simpson, 2015). A discriminação está, inclusive, à espera delas na saúde, uma vez que para ter acesso ao processo transexualizador, é preciso, antes, serem taxadas como doentes, inadequadas, disfóricas.

O processo transexualizador é importado da psiquiatria norte-americana que, neste caso, influencia ainda hoje a compreensão científica das transgeneridades no Brasil (Porchat, 2014). Desse modo, destaca-se a falta nos estudos da psicologia e, também, na prática psicológica a crítica ao modelo norte-americano que reduz a experiência trans e travesti ao preenchimento prático de

protocolos patologizantes em prol do processo transexualizador (Leal, 2018). Às vistas disso, ressalta-se a importância das ciências psis problematizarem as contribuições estrangeiras acerca da saúde da população brasileira de forma contextual. Por fim, cabe a nós, profissionais ou não da psicologia, incentivar e produzir conhecimentos específicos acerca da realidade da população brasileira para atender assertivamente às necessidades desta, refletindo sobre nossa responsabilidade profissional e cívica.

REFERÊNCIAS

- Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. (2021). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, Author, IBTE.
- Bagagli, B. P. (2016). A diferença trans no gênero para além da patologização. *Revista Periódicus*, 1(5), 87–100. DOI: 10.9771/peri.v1i5.17178
- Benedetti, M. R.(2005). *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, B. (2017). *A Reinvenção do Corpo - Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual* (3a Ed.). Salvador: Editora Devires.
- Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo* (S. Milliet, Trad.). São Paulo: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1949)
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Caravaca-Morera, J. A. & Padilha, M. I. (2018). Necropolítica Trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 27(2). DOI: 10.1590/0104-07072018003770017
- Dicionário do pensamento social do Século XX*. (1a. ed.; E. F. A. Cabral, Trad.). (1996). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1993)
- Favero, S. (2020). *Crianças trans: infâncias possíveis*. Salvador: Editora Devires.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1979)
- Gonçalves Júnior, W. P. (2018, dezembro). Dandara: mulher travesti, um ano ausente [Resumo]. In Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (Eds.) *Anais XX Encontro Internacional da REDOR* (p. 1-6). Salvador, Brasil: REDOR.
- Henriques, R. da S. P. & Leite, A. F. dos S. (2019). A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana. *Revista Estudos Feministas*, 27(33). DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n356662

- Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* (2ª Ed.). Brasília, 2012. Brasília: EDA/FBN. Disponível em https://www.dive.sc.gov.br/conteudos/agrivos/publicacoes/orientacoes_sobre_ide Entidade_de_genero__conceitos_e_termos_2_Edicao.pdf.
- Laville, C. & Dionne, J. A. (1999). *Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas* (H. Monteiro & F. Settineri, Trans.). Porto Alegre, Editora Artmed. (Trabalho original publicado em 1996)
- Leal, D. T. B. (2018). *Performatividade transgênera: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil. DOI: 10.11606/T.47.2018.tde-13112018-144518
- Louro, G. (2000). *O Corpo Educado: Pedagogia da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Magno, L., Dourado, I. & Silva, L. A. V. (2018). Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(5), 1-12. DOI: 10.1590/0102-311X00135917
- Ministério da Saúde. (2008). *Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008*. Brasília: Author.
- Simpson, K. (2015). Transexualidade e travestilidade na Saúde. In Ministério da saúde. *Transexualidade e travestilidade na Saúde*. Brasília: Author.
- Porchat, P. (2014). *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá.
- Preciado, B. (2002). *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid: Pensamiento Opera Prima.
- Rodvalho, A. M. (2017). O cis pelo trans. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 365-373. DOI: 10.1590/1806-9584.2017v25n1p365.
- Rosa, M. C. (2012). *O desafio da masculinidade subalterna na travestilidade: a dor da beleza*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Recuperado em 20 de junho de 2021 de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15228/1/Marileia%20Catarina%20Rosa.pdf>.

- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica (G.L. Louro, Trad.). *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. (Trabalho original publicado em 1988)
- Silva, M. A., Luppi, C. G. & Veras, M. A. de S. M. (2020). Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(5), 1723-1734.
DOI:10.1590/1413-81232020255.33082019
- Smith, H. J. S. & Abreu, R. O. (2016). Um olhar foucaultiano sobre a produção de discursos na construção do corpo heteronormativo. *Ponto de Interrogação*, 6(1), 147-168.
- Sousa, P. F. (2015). Há diferenças entre travestis e transexuais femininas? Breve conceituação dos termos. *Faculdade Cearense em Revista*, 9, 1-10.
- Zucchi, E. M., Barros, C.R.S., Redoschi, B. R. L., Deus, L. F. A. & Veras, M. A. S.M. (2019). Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(3) DOI: 10.1590/0102-311X00064618